



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

Sétima Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 154090-7/02

Embargante: PAMESA do Brasil S/A

Embargada: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. RECONHECIMENTO. DECISÃO QUE DEIXA DE ESTENDER, À CAUÇÃO EM AÇÃO ANULATÓRIA, OS EFEITOS DA PENHORA. PRECEDENTE DO STJ, EMANADO NO PROCEDIMENTO DO ARTIGO 543-C DO CPC. RECURSO CONHECIDO E ACOLHIDO, INCLUSIVE, COM EFEITOS INFRINGENTES. DECISÃO UNÍSSONA.

- a) Constatado o erro material da decisão, é possível sua correção, em sede de Embargos de Declaração, segundo mais autorizada doutrina e jurisprudência;
- b) Suprindo o vício de intelecção, a Corte autorizou a continuidade da fruição, pela embargante, dos benefícios do PRODEPE, na medida em que os efeitos da caução, forma de garantia do crédito fiscal, são equiparáveis aos da penhora. Entender o contrário seria privilegiar o contribuinte que já sofreu a Execução Fiscal em detrimento daquele que, de boa-fé, está a questionar a legalidade da dívida, através de Ação Anulatória;
- c) Recurso conhecido e, sem discrepâncias, acolhido.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração nº 154090-7/02**, nos quais figuram, como embargante, **PAMESA do Brasil S/A**, e, como embargada, **Estado de Pernambuco**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima de Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **acolher os Embargos opostos**, tudo de conformidade com os votos e notas taquigráficas em anexo, que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 31 de Maio de 2011.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

Sétima Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 154090-7/02

Embargante: PAMESA do Brasil S/A

Embargada: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pela **PAMESA do Brasil S/A**, com o escopo de debelar pretensa contradição da qual se teria ressentido o julgamento dos Embargos de Declaração nº 154090-7/01, opostos pelo **Estado de Pernambuco**, ora embargado.

O embargado intentou o Agravo de Instrumento nº 154090-7, impugnando decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Recife, Dr. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo, no bojo da Ação Anulatória de Débito Fiscal tombada sob o nº 001.2007.027645-6.

A decisão de primeiro grau impugnada antecipou os efeitos da tutela pretendida pela ora embargante, no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário consubstanciado através na Notificação de Débito nº 005.00173/06-0, determinando a liberação da mercadoria apreendida, bem como a abstenção, até julgamento definitivo da demanda, de lançamento de multas e da inscrição do pretense crédito em dívida ativa, ou seu cancelamento, se já houver sido inscrito, bem como a abstenção da promoção de qualquer procedimento judicial de cobrança do referido débito e, ainda, o fornecimento de certidão negativa de débito, se requerida for pela autora.

Provido, parcialmente, o recurso, com vistas, tão-somente, determinar a penhora de imóvel pertencente a ora embargante, foi, o respectivo acórdão, objeto dos Embargos de Declaração nº 154090-7/01, de autoria do Estado de Pernambuco, os quais vieram a ser acolhidos com efeitos infringentes.

Em face do acórdão decisório dos primeiros aclaratórios, insurge-se, agora, a empresa PAMESA Brasil S/A, propugnando-lhes o



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

acolhimento para integrar o julgado, que, em seu sentir, padeceria dos seguintes vícios:

- Contradição, na medida em que, reconhecendo o valor da penhora como garantia da manutenção dos benefícios do PRODEPE ao contribuinte, permitiu a suspensão do gozo dos incentivos fiscais respectivos;
- Erro material ao declarar a impossibilidade de penhora no bojo de Ação Anulatória.

Requer, por fim, que, acolhendo os Embargos, este colegiado aclare o julgamento, emprestando-lhes efeito infringente.

Malgrado a pretensão infringencial, despicienda a intimação do embargado, haja vista que as razões contrárias à presente recursal já constam dos aclaratórios de nº 154090-7/01, opostos pelo Estado.

Tenho o feito por relatado.

Recife, 31 de MAIO de 2011.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

Sétima Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 154090-7/02

Embargante: PAMESA do Brasil S/A

Embargada: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO

Cotejando a fundamentação recursal com os termos do julgado, concluímos pela procedência das alegações da embargante. Com efeito, ocorre a coexistência entre, de um lado, o reconhecimento da idoneidade da penhora para resguardar o beneficiário dos incentivos fiscais oriundos do PRODEPE, e, de outro, a conclusão de que, conquanto penhorado o bem de propriedade da contribuinte, esta não faria jus aos benefícios do programa.

À guisa de ilustração, confira-se o seguinte excerto do voto desta relatoria:

"É de se ressaltar, de fato, que, inexistindo ação em que se execute o débito, resta sem eficácia prática a aceitação dos bens ofertados em garantia da execução sobre os quais possa recair a penhora, sendo certo, ademais, que a concessão de certidão negativa de débito, pressupõe a suspensão da exigibilidade do crédito ou a existência de penhora, assim como a manutenção da inscrição do contribuinte no PRODEPE depende da efetivação de penhora ou garantia mediante carta de fiança, do que se conclui que também neste tocante esta Câmara equivocou-se."

Na verdade, não há, aí, contradição, como dá a entender a recorrente, pois, em nossa fundamentação, negamos a existência de



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

(11)

penhora. Não havendo penhora, de fato, a manutenção dos benefícios fiscais perderia seu substrato fático. Entretanto, reconheço que incorremos em erro material ao apreciarmos a ocorrência da penhora, pelas razões que expenderei doravante.

Com efeito, a ação originária tinha natureza cognitiva – ação anulatória – e não de Execução Fiscal. Sendo assim, tecnicamente, a mesma não se coaduna com o procedimento da penhora, típico do processo executivo. Todavia, como se comentou, alhures, **houve a garantia do crédito tributário** mediante o oferecimento, como caução, de imóvel de propriedade da empresa ora embargante.

A referência literal da legislação à penhora deve ser alargada para que não se gere o que Norberto Bobbio designava antinomia de princípio, isto é: falta de proporcionalidade no tratamento de duas situações jurídicas. Ora, se a penhora, medida extrema, adotada pelo contribuinte inadimplente e desidioso, oportuniza a manutenção do benefício, por que negá-lo ao contribuinte que, **tendo, igualmente, garantido o crédito tributário**, demonstra, pelo ajuizamento prévio da ação anulatória, boa-fé?

O sentido da norma legal é assegurar a possibilidade de satisfação dos interesse da Fazenda, o que, *in casu*, foi garantido, desde o oferecimento do bem. Sendo assim, não há razão para discriminar a embargante por mero apego à literalidade. Nesse sentido, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, com efeito paradigmático para recursos repetitivos:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. AÇÃO CAUTELAR PARA ASSEGURAR A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA. POSSIBILIDADE. INSUFICIÊNCIA DA CAUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. O contribuinte pode, após o vencimento da sua obrigação e antes da execução, garantir o juízo de forma antecipada, para o fim de obter certidão positiva com efeito de negativa. (Precedentes: Edcl no AgRg no REsp 1057365/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX,



104

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/08/2009, DJe 02/09/2009; EDcl nos EREsp 710.153/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009; REsp 1075360/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2009, DJe 23/06/2009; AgRg no REsp 898.412/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/12/2008, DJe 13/02/2009; REsp 870.566/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/12/2008, DJe 11/02/2009; REsp 746.789/BA, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/11/2008, DJe 24/11/2008; EREsp 574107/PR, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA DJ 07.05.2007)

2. Dispõe o artigo 206 do CTN que: "tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa." A caução oferecida pelo contribuinte, antes da propositura da execução fiscal é equiparável à penhora antecipada e viabiliza a certidão pretendida, desde que prestada em valor suficiente à garantia do juízo.

3. É viável a antecipação dos efeitos que seriam obtidos com a penhora no executivo fiscal, através de caução de eficácia semelhante. A percorrer-se entendimento diverso, o contribuinte que contra si tenha ajuizada ação de execução fiscal ostenta condição mais favorável do que aquele contra o qual o Fisco não se voltou judicialmente ainda.

4. Deveras, não pode ser imputado ao contribuinte solvente, isto é, aquele em condições de oferecer bens suficientes à garantia da dívida, prejuízo pela demora do Fisco em ajuizar a execução fiscal para a cobrança do débito tributário. Raciocínio inverso implicaria em que o contribuinte que contra si tenha ajuizada ação de



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

execução fiscal ostenta condição mais favorável do que aquele contra o qual o Fisco ainda não se voltou judicialmente.

5. Mutatis mutandis o mecanismo assemelha-se ao previsto no revogado art. 570 do CPC, por força do qual era lícito ao devedor iniciar a execução. Isso porque as obrigações, como vínculos pessoais, nasceram para serem extintas pelo cumprimento, diferentemente dos direitos reais que visam à perpetuação da situação jurídica nele edificadas.

6. Outrossim, instigada a Fazenda pela caução oferecida, pode ela iniciar a execução, convertendo-se a garantia prestada por iniciativa do contribuinte na famigerada penhora que autoriza a expedição da certidão.
[...]

10. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008." (STJ, 1ª Seção, REsp 1123669/RS, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 01/02/2010).

Isto posto, demonstrado o erro material do julgado, ao negar à caução os efeitos da penhora, voto pelo **acolhimento dos presentes Embargos de Declaração**, a fim de, aclarando o julgado embargado, promovermos o saneamento do vício, emprestando, ainda, efeitos infringentes, unicamente para permitir à recorrente prosseguir gozando dos benefícios do PRODEPE até o deslinde da Ação Anulatória em primeiro grau.

É como voto.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator